

Sustentabilidade e o consumo de energia elétrica: um estudo de caso do Banco da Amazônia S/A

Sustainability and electric energy consumption: a case study from Banco da Amazônia S/A

Pablo da Silva Nahmias¹  e Luciana Rodrigues Ferreira² 

¹ Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade da Amazônia (UNAMA), email: pablo.nahmias.adm@gmail.com

² Universidade da Amazônia (UNAMA), doutora em Educação, linha de Estado, Política e Formação Humana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), email: luciana.ferreira@unama.br

RESUMO

A preocupação socioambiental com o consumo de energia elétrica é uma constante na sociedade mundial. A ausência de chuva e a falta da definição de um modelo para geração de energia sustentável levam as organizações a alternativas para o controle dos gastos e para o consumo consciente. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar a qualidade do consumo com energia elétrica do Banco da Amazônia S.A, por meio de consultas aos relatórios de sustentabilidade da empresa, publicados na página da internet. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde foram consultados livros, revistas e artigos sobre a temática e, ainda, de pesquisa documental, sendo, inclusive, os dados extraídos dos relatórios de sustentabilidade dos exercícios de 2014 a 2018, publicados na página de internet da organização. Conclui-se que o Banco da Amazônia promove o desenvolvimento sustentável através de diversas ações de racionalização e preservação dos recursos naturais, pois nos resultados alcançados, observou-se que o consumo com energia elétrica reduziu de forma sistemática no período de 2014 a 2018, demonstrando o fortalecimento da cultura sustentável nos empregados do Banco, que é alimentada por meio de capacitação e treinamento de seus empregados, através de cursos, além da política de reconhecimento implementada por meio do Programa Supera Mais, voltado para potencializar a sustentabilidade nos empregados.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Consumo de Energia Elétrica. Instituição Financeira.

ABSTRACT

The socio-environmental concern with the consumption of electric energy is a constant in the world society. The absence of rain and the lack of definition of a model for sustainable energy generation lead organizations to alternatives for controlling spending and for conscious consumption. Thus, this work aims to analyze the quality of electricity consumption of Banco da Amazônia S.A, through consultations to the company's sustainability reports, published on the website. This is a bibliographic search where books, magazines and articles on the subject were consulted, as well as documentary research, including the data extracted from the sustainability reports for the years 2014 to 2018, published on the website of the organization. It is concluded that Banco da Amazônia promotes sustainable development through several actions of rationalization and preservation of natural resources, because in the results achieved, it was observed that the consumption with electric energy reduced systematically in the period from 2014 to 2018, demonstrating the strengthening of the sustainable culture in the Bank's employees, which is fueled by training and training its employees, through courses, in addition to the recognition policy implemented through the Supera Mais Program, aimed at enhancing sustainability in employees.

Keywords: Sustainability. Electric power consumption. Financial institution.

1 INTRODUÇÃO

A quantidade de recursos naturais necessários para o desenvolvimento produtivo e econômico vem aumentando significativamente no mundo. Em contraponto, vive-se hoje uma crise grave de desmatamentos, desperdício de água, energia elétrica e incerteza das chuvas, conforme ressalta a Agenda 21 em seu capítulo 9:

A energia é essencial para o desenvolvimento social e econômico e para uma melhor qualidade de vida. Boa parte da energia mundial, porém, é hoje produzida e consumida de maneiras que não poderiam ser sustentadas caso a tecnologia permanecesse constante e as quantidades globais aumentassem substancialmente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Nesse contexto, intensifica-se o olhar para questões de sustentabilidade e conservação do meio ambiente, onde a sociedade e as organizações necessitam, além de adotar o conceito de desenvolvimento sustentável, implementar políticas de gestão que permitam preservar o meio.

Ações de sustentabilidade estão sendo tratadas por diversas organizações com o objetivo de criar uma economia sustentável que traga benefícios para a sociedade, motivo pelo qual as empresas têm buscado alinhamento de práticas que sejam sustentáveis e, ainda, agreguem valor organizacional.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a qualidade do consumo com energia elétrica no período de 2015 a 2018 do Banco da Amazônia S.A, por meio de consultas aos relatórios de sustentabilidade da empresa, publicados na página da *internet* do Banco.

A problemática deste estudo é a seguinte: O Banco da Amazônia tem atuado de maneira sustentável, visando melhorar a qualidade do consumo de energia elétrica?

Por tratar-se de uma instituição financeira pública federal que desempenha um papel de grande relevância como principal agente do Governo Federal para a implementação das políticas de crédito de fomento voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis de abrangência em toda a Amazônia Legal Brasileira, e ainda, que o consumo de energia elétrica são fatores emblemáticos, uma vez que ilustram sobremaneira a postura da empresa em relação ao seu compromisso com a sustentabilidade, é que selecionou-se estudar a qualidade do consumo com energia elétrica do Banco da Amazônia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SUSTENTABILIDADE

A globalização tem intensificado a necessidade de práticas sustentáveis, onde o cidadão precisa preservar o meio ambiente, a fim de reduzir, ao máximo, os impactos ambientais de suas condutas, através do convívio equilibrado e com interação saudável com a natureza, conforme afirma Édis Milaré (2007, p. 64) “a reciprocidade entre direito e dever, porquanto o desenvolver-se e usufruir de um Planeta plenamente habitável não é apenas direito, é dever precípua das pessoas e da sociedade. Ao direito de usufruir corresponde o dever de cuidar”.

Aliado a isto, a expansão da economia tem aumentado, significativamente, a utilização dos recursos naturais não renováveis e, conseqüentemente, trazendo graves danos ao meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da sociedade, que deve ter como premissa uma conduta sustentável, uma vez que, numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida, através de questões como saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo (FERREIRA, 2005).

É notável que a conservação do meio ambiente interfere em outras questões, como as sociais e econômicas, uma vez que o desenvolvimento sustentável visa à eficiência econômica, social e ambiental, para que ocorra a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, no documento *Nosso Futuro Comum*, define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, o que requer das de todas as gerações, seguir premissas, conceitos e princípios, relacionados à conservação de recursos naturais, uma vez que o meio ambiente não somente pode ser encarado como patrimônio da geração atual, o que reforça a necessidade de preservação para as gerações que virão.

O desenvolvimento sustentável (DS) é um conceito amplo e, devido a esta característica, permite apropriações diferenciadas e ideologias por segmentos sociais de interesse. Sua proposição básica de eficiência econômica, associada à eficácia social e ambiental, que significa melhoria da qualidade de vida das populações atuais sem comprometer as possibilidades das próximas gerações, constitui padrão normativo almejado pela maioria das sociedades humanas, na atualidade (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 23).

Maimon (1996, p. 10) define desenvolvimento sustentável da seguinte maneira:

O desenvolvimento sustentável busca simultaneamente a eficiência econômica, justiça social e a harmonia ambiental. Mas do que um novo conceito, é um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras (MAIMON, 1996, p. 10).

Camargo (2003, p. 75), afirma que "em seu sentido amplo, a concepção de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza".

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável vislumbra equilibrar os fatores sociais, econômicos e ambientais, com vistas a melhorar a qualidade de vida das pessoas, por meio da utilização eficiente e consciente dos recursos naturais, causando um menor impacto ambiental.

Para Camargo (2003, p.43):

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CAMARGO, 2003, p. 43).

O desenvolvimento sustentável está presente na Constituição Federal (1988), que estabelece como princípio, em seu Artigo 170º, “a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. E, versa também no Artigo 225º, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Lei 6.938/81, em seu Artigo 2º, prescreve o objetivo da política nacional do meio ambiente:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 2015).

Outra ação do Estado que observa o desenvolvimento sustentável, está no poder de compra governamental, por meio da licitação sustentável, que é um procedimento administrativo, cujo objetivo é o atendimento do interesse público, respeitando a igualdade de condições entre os licitantes, fazendo com que a Administração Pública adquira bens ou serviços ambientalmente sustentáveis.

Com vistas a seguir ao que prescreve a Constituição Federal, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente, lançou a “Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P”, um projeto estratégico de gestão pública, com o intuito de buscar novas soluções para promover mudanças nos padrões de consumo e produção. E, tornou-se o principal programa da administração pública de gestão socioambiental, sendo implementado por diversos órgãos e instituições públicas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2020), em sua página oficial da *internet*, a A3P “objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente”.

Outra medida de grande relevância para a sustentabilidade é o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), instituído em 1985, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e executado pela Eletrobrás, com vistas a promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício.

Esses projetos estratégicos visam difundir uma cultura sustentável nas organizações públicas, para que incorporem ações sustentáveis em suas práticas administrativas, para a utilização eficiente e consciente de energia elétrica, por exemplo. Chiavenato (1994, p. 70), diz que “a eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível (...)”.

Richard L. Daft (1999, p. 39) afirma que a eficiência:

é um conceito mais limitado que diz respeito aos trabalhos internos da organização. A eficiência organizacional é o volume de recursos utilizados para produzir uma unidade de produto. Ela pode ser medida como a razão entre as entradas e as saídas. Se uma organização puder conseguir um determinado nível de produção com menos recursos que outra, diz-se que ela é mais eficiente (DAFT, 1999, p. 39).

Assim, as organizações, em especial as públicas, são detentoras grandes desafios, tendo por principal responsabilidade, gerenciar os recursos públicos de forma consciente e sustentável, com vistas a materializar a finalidade do Estado em atender aos anseios da sociedade, através da oferta de serviços públicos sustentáveis e de qualidade.

No contexto de atuação na Administração Pública, a eficiência objetiva atingir os melhores resultados na gestão para que as finalidades sejam atingidas da forma mais adequada, tanto que este princípio está inserido no texto constitucional, com vistas a disciplinar a conduta do servidor público para que os recursos públicos sejam aplicados, observando a qualidade da despesa, ou seja, a eficiência contempla a ideia de economicidade, por meio da redução do desperdício de recursos, para o alcance dos interesses da coletividade.

Nesse sentido, é imperativo que a administração pública assuma o papel de percussor quanto iniciativas de ações de sustentabilidade e eficiência, combatendo o desperdício e buscando incessantemente por estratégias inovadoras e boas práticas de gestão que minimizem os gastos administrativos e, ainda, respeitem o meio ambiente.

2.2 QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

A qualidade do gasto público é uma temática de grande importância para a gestão governamental, uma vez que o recurso público está cada vez mais escasso e, em contraponto, a sociedade apresenta-se bem mais exigente, principalmente no que se refere ao nível de retorno do Estado à população, quanto a qualidade dos serviços públicos prestados.

Assim, é imprescindível que a administração pública aperfeiçoe os procedimentos de gestão governamental de forma a aperfeiçoar a utilização do recurso público, buscando uma maior eficiência do gasto, preservando a responsabilidade fiscal e atuando de maneira transparente na utilização desses recursos.

Essas premissas são balizadas pelo princípio da eficiência da administração pública, que segundo Meirelles (2002, p. 94):

O Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros (MEIRELLES, 2002, p. 94).

A cartilha do Programa de Eficiência do Gasto Público, divulgada na página da internet do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2015, p. 07), afirma que a eficiência no gasto público “é o uso racional dos recursos para prestação dos serviços públicos. Em outras palavras, refere-se à capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas com o mínimo de recursos e tempo, conseguindo desta forma a sua otimização”.

Esse conceito reforça a necessidade de administração pública utilizar de ferramentas inovadoras que alcance a maior entrega de qualidade com a menor utilização de recursos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste artigo e atingimento do objetivo indicado, balizou-se em pesquisa de caráter exploratório, que segundo Pereira (2010, p. 48) “nessa modalidade de estudo busca-se descobrir se existe ou não um fenômeno”.

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizou-se pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 45), “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de consultas realizadas na página da *internet* do Banco da Amazônia, sendo coletados dos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2015 a 2018, o consumo do Banco com energia elétrica.

Em seguida analisou-se como é tratado pelo Banco questões de sustentabilidade relacionadas ao consumo com energia elétrica e, por fim, buscou-se a correlação entre o consumo e o gasto com energia elétrica, referente aos exercícios 2015 a 2018.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O Banco da Amazônia S/A, conforme descrito em seu Estatuto Social (2015), é uma instituição financeira pública federal, instituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, vinculada ao Ministério da Fazenda, possuindo como principais atribuições: executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social; prestar serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária; e exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

A atuação do Banco contempla toda a Amazônia Legal Brasileira, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Conforme citado em seu relatório de sustentabilidade 2018 (2018, p.14), o Banco da Amazônia "atua de acordo com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional sustentável, atendendo, por meio de sua política de crédito, 772 municípios da Amazônia Legal".

No site institucional do Banco (2020) é possível conferir suas declarações estratégicas, que são:

A missão do Banco é desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes. A visão é ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos.

O Banco estabeleceu como valores: Integridade; Ética e Transparência; Meritocracia; Desenvolvimento sustentável; Valorização do cliente; Decisões técnicas e colegiadas; Eficiência e inovação; e Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

No período de 2015 a 2018, o quadro de pessoal do Banco evoluiu conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Evolução do quadro de pessoal do Banco da Amazônia 2016-2018.

ANO	Nº DE EMPREGADOS
2015	3.195
2016	3.142
2017	2.971
2018	2.939

Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia de 2015 a 2018.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Serão discutidos nessa sessão do trabalho os resultados levantados a partir das informações coletadas na página da *internet* do Banco, nos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2015 a 2018.

O relatório de sustentabilidade expressa a estratégia corporativa de comunicação Banco da Amazônia, e constitui-se como uma plataforma de diálogo com as partes interessadas da organização. No que diz respeito às ações de sustentabilidade, evidenciou-se os seguintes pontos:

4.1 ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico da instituição prescreve a importância da minimização dos impactos ambientais em todos os processos da empresa, uma vez que questões de sustentabilidade estão presentes em sua missão, visão e valores.

4.2 BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Constatou-se que o Banco da Amazônia adota boas práticas de sustentabilidade, uma vez que faz parte da agenda ambiental na administração pública – A3P, com o seu Programa Amazônia Otimiza.

O Programa Amazônia Otimiza foi implementado em 2007, objetivando efetuar o monitoramento do consumo de recursos naturais e dos gastos da instituição, com vistas a eliminar os desperdícios e incrementar a eficiência operacional e financeira, contribuindo para a política de otimização de despesas no Banco.

O programa desenvolve ações objetivando contribuir para a política de otimização de despesas, utilizando o canal de comunicação interna do Banco para divulgação de dicas de economia, redução de gastos, regras e indicadores de desempenho do programa, com vistas a educar, acompanhando e disseminar uma cultura sustentável nos colaboradores, para que adotem ações eficientes no consumo de energia elétrica, por exemplo.

4.3 EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL

Segundo o relatório de sustentabilidade de 2018, a capacitação e treinamento dos empregados ocorreu através de uma Plataforma de Educação a Distância, onde foram disponibilizados cursos para o aperfeiçoamento, implementação das políticas e procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios, como o curso obrigatório de “Política de Responsabilidade Socioambiental”, com carga horária de oito horas, onde 2.032 colaboradores foram certificados, totalizando carga horária de 16.256 horas.

4.4 RESULTADOS SUSTENTÁVEIS EFICIENTES

Os resultados sustentáveis relativo à utilização consciente e eficiente de energia elétrica, o Banco por meio do Programa Amazônia Otimiza, obteve os seguintes gastos no período de 2015 a 2018:

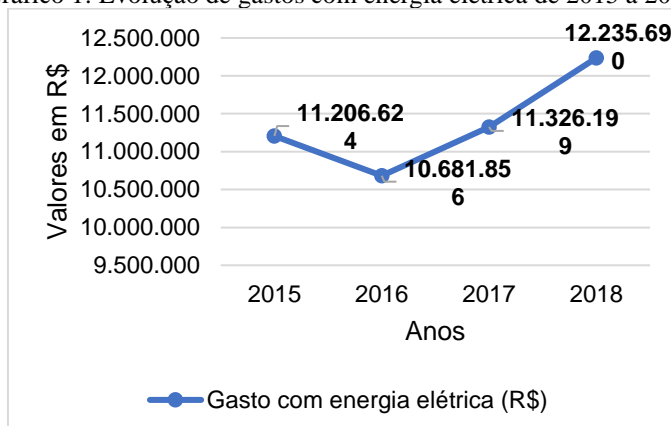
Quadro 2: Evolução do gasto com energia elétrica do Banco da Amazônia 2014-2018.

ANOS	2015	2016	2017	2018
Gasto com energia elétrica (R\$)	11.206.624	10.681.856	11.326.199	12.235.690

Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia de 2015 a 2018.

Observou-se que, com exceção do exercício 2016, os demais apresentaram aumento no gasto com energia elétrica. Além disso, no exercício 2018, o dispêndio foi de R\$ 12.235.690, representado uma variação de 8,03%, quando comparado com o exercício anterior, conforme se comprova no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Evolução de gastos com energia elétrica de 2015 a 2018.



Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia 2015-2018.

Quanto ao consumo com energia elétrica, o Banco por meio do Programa Amazônia Otimiza, obteve no período de 2015 a 2018 o seguinte consumo de energia elétrica em Quilowatt-hora (kWh):

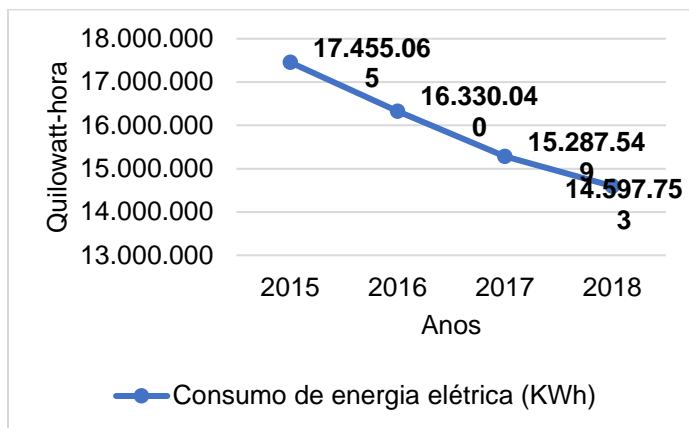
Quadro 3: Evolução do consumo de energia elétrica do Banco da Amazônia 2014-2018.

ANOS	2015	2016	2017	2018
Consumo de energia elétrica (kWh)	17.455.065	16.330.040	15.287.549	14.597.753

Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia de 2015 a 2018.

Observou-se que, com exceção do exercício 2015, os demais apresentaram redução no consumo de energia elétrica. Além disso, no exercício 2018, o consumo foi de 14.597.753 kWh, representado uma variação de -4,51%, quando comparado com o exercício anterior, conforme se comprova no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Evolução de consumo de energia elétrica 2015 a 2018.



Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia 2015-2018.

No que diz respeito à relação entre o consumo de energia elétrica com o número de empregados, denominada abaixo por intensidade energética, o Banco por meio do Programa Amazônia Otimiza, obteve no período de 2015 a 2018 o seguinte resultado:

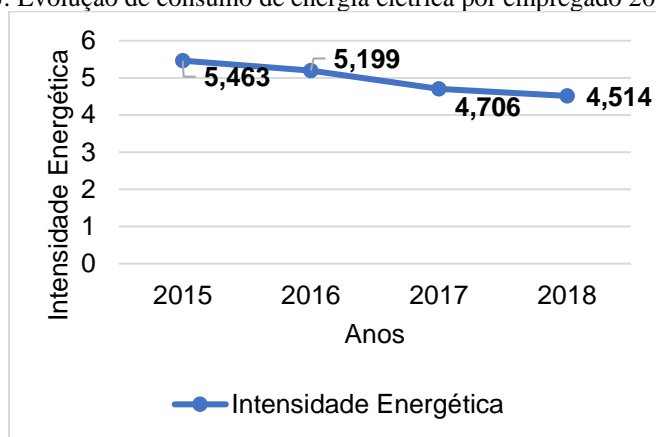
Quadro 4: Consumo de energia elétrica por empregado do Banco da Amazônia 2015-2018.

ANOS	2015	2016	2017	2018
Intensidade Energética	5,463	5,199	4,706	4,514
Nº de empregados	3.195	3.142	2.971	2.939

Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia de 2015 a 2018.

Observou-se que, com exceção do exercício 2015, os demais apresentaram redução na intensidade energética. Além disso, no exercício 2018, a intensidade energética foi de 4,514 kWh, representado uma variação de -4,08%, quando comparado com o exercício anterior, conforme se comprova no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Evolução de consumo de energia elétrica por empregado 2015 a 2018.



Fonte: Adaptado de relatório de sustentabilidade do Banco da Amazônia 2015-2018.

4.5 POLÍTICA DE RECONHECIMENTO

O Banco possui implementado um programa de reconhecimento voltado para potencializar a performance dos empregados, chamado de Supera Mais. Esse instrumento de avaliação de desempenho de Gestão objetiva alinhar as ações das unidades e mensurar sua eficácia no cumprimento das metas e objetivos estratégicos do Banco. Assim, a instituição incluiu neste programa, um quesito de indicadores voltados para a otimização do consumo e gasto com energia elétrica, efetuada por meio do Programa Amazônia Otimiza, que premia os empregados da instituição com a participação no principal evento de reconhecimento o “Melhores da Amazônia”, que anualmente, desde 2007, distingue os colaboradores que mais se destacaram no alcance das metas estipuladas, através de premiação com troféus, passeios, viagens, atrações musicais e outros.

5 CONCLUSÃO

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, é possível constatar que o Banco da Amazônia promove o desenvolvimento sustentável através de diversas ações da instituição, como a racionalização, a ecoeficiência do consumo e a preservação dos recursos naturais.

Evidenciou-se que o Banco adota a sustentabilidade desde seu planejamento estratégico, em sua missão, visão e valores. Assim, a atuação do Banco não se restringe a concessão estratégica e socioambiental responsável do crédito, uma vez é o responsável pela execução da política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social. Mas vai além, pois incorpora, dissemina e estimula medidas voltadas para a

mitigação dos impactos ambientais gerados por sua atividade, através de boas práticas de sustentabilidade realizadas, como o programa Amazônia Otimiza, que faz parte sua agenda ambiental na administração pública – A3P, e objetiva efetuar o monitoramento do consumo de recursos naturais e dos gastos da instituição contribuindo para a política de otimização de despesas no Banco, como, por exemplo, a energia elétrica.

Os resultados alcançados pela instituição quanto a evolução de gastos e consumo com energia elétrica no período de 2015 a 2018, demonstraram certa distorção no exercício 2016, vislumbrando, concluir, que não houve uma evolução positiva e contínua na redução dos gastos e consumo. Porém, quando se analisa a relação entre consumo de energia elétrica por empregado, para o mesmo período, observa-se que a redução foi contínua e sistemática, uma vez que o consumo de energia elétrica por empregado em 2015 foi de 5,463 quilowatt-hora (KWh); em 2016 diminuiu para 5,199 MWh; em 2017 caiu para 4,706 e em 2018 o consumo foi reduzido ainda mais, alcançando 4,514 KWh. Tal redução impactou tanto no consumo quanto no gasto, o que demonstra a criação de cultura sustentável nos empregados do Banco.

O desenvolvimento dessa cultura sustentável é alimentado pela instituição por meio de capacitação e treinamento de seus empregados através de cursos. Além da política de reconhecimento implementada por meio do Supera Mais, programa voltado para potencializar a performance dos empregados.

Todas essas ações citadas, somente puderam ser implementadas com o aval dos integrantes pertencentes ao mais alto escalão do Banco, ou seja, os que prospectam uma instituição sustentável desde suas declarações estratégicas, o que possibilita manter a cultura organizacional voltada para resultados positivos através de seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. (Coord.). **Planejamento Ambiental**: caminho para a participação popular e gestão Ambiental para nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios,** Campinas-SP: Papirus Editora, 2003.

CAMARGO, L. O. de L. **A pesquisa em lazer na década de 70.** IV Seminário O lazer em debate, 2003, v. 1, p. 33-45, Coletânea..., Belo Horizonte, Impresso, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DALF, Richard L. **Teoria e Projetos das Organizações.** 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito do desenvolvimento sustentável.** Revista Terceiro Setor - UnG, Vol. 2, n. 1. São Paulo, 2008.

FERREIRA, Leila da Costa. **Sustentabilidade: Uma Abordagem Histórica da Sustentabilidade.** In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAIMON, Dália. **Passaporte verde: Gestão ambiental e competitividade.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2002.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário.** 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda ambiental da administração pública – A3P: apresentação.** Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/o-que-e/>>. Acesso em 16 jan. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, capítulo 9. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/641>>. Acesso em 17 fev. 2020.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.